

HISTÓRIA E LITERATURA – O DEBATE NA SALA DE AULA

HISTORY AND LITERATURE – THE DISCUSSION IN CLASSROOM

Léo Carrer Nogueira *
leocarrer@yahoo.com.br

RESUMO: Durante todos estes anos história e literatura estiveram separados pelo conceito de verdade. Como um buraco negro separando dois mundos completamente distintos, a noção de verdade dividiu os trabalhos de historiadores e literatos, e tornava cômodo a classificação dos textos entre um ou outro. Numa época de fragmentação e de quebra dos paradigmas, porém, tal delimitação tem se tornado cada vez mais difícil, à medida que a linha que separa verdade e ficção se dilui. Neste sentido, este artigo pretende fazer uma breve análise destes conceitos e apresentar uma alternativa do uso da literatura como fonte para as aulas de história.

PALAVRAS-CHAVE: história, literatura, ficção.

ABSTRACT: For long time history and literature were separated by the concept of truth. As a black hole separating two different worlds, the idea of truth has divided historians and writers, and classified the texts in one or another. In an age of fragmentation and breaking of paradigms, however, this definition has become increasingly difficult, because the line between truth and fiction is diluted. This article intends to make a brief analysis of these concepts and present an option for the use of literature as a source for history lessons.

KEYWORDS: history, literature, fiction.

Introdução

O que é então a verdade? Um exército móbil de metáforas, metonímias, antropomorfismos, em resumo: uma suma de relações humanas que foram forçadas poética e retoricamente. (...) Ser verdadeiro significa servir-se de metáforas usuais (...) (NIETZSCHE apud SANTOS, 2004, p. 1723).

* Mestre em História pela UFG, professor de história da Universidade Estadual de Goiás, Unidade de Porangatu-GO. Enviado em: 16/05/2012. Aceito em: 29/07/2012.

A pergunta de Nietzsche parece hoje fazer mais sentido do que jamais fizera. Seus questionamentos sobre a verdade ecoam hoje na academia, e fizeram com que diversos trabalhos, textos e análises fossem publicados sobre o assunto, cada vez mais em voga, sobre este conceito.

Algo deste tipo não poderia deixar imunes os historiadores, considerados até pouco tempo atrás como os detentores da verdade. Os trabalhos históricos, ao longo de todos estes anos, sempre foram marcados por um caráter realístico, por se tratar de uma escrita baseada em fatos concretos, reais, por retratar aquilo que realmente aconteceu, e não o que poderia ter acontecido, como distingue Aristóteles em sua Poética.

Foi Aristóteles quem primeiro separou a história da literatura. Segundo ele, a história cuidaria dos fatos particulares, do que realmente foi, do desencadeamento dos fatos em si, enquanto que a poética cuidaria dos fatos mais gerais, do que poderia ter acontecido, das possibilidades. Assim, a poética não se preocupa com a verdade, mas sim com a aproximação dela, através do conceito de verossimilhança. (SANTOS, 2004, p. 1722). Percebe-se assim o caráter realístico da história e ficcional da poética ou literatura.

Ao longo dos tempos tal diferenciação tomou corpo e criou tabus. Conforme afirma Kramer,

toda disciplina é constituída por um conjunto de restrições ao pensamento e à imaginação, e nenhuma é mais tolhida por tabus do que a historiografia profissional (WHITE apud KRAMER, 2001, p. 136). Esses tabus impedem o uso de insights originários da arte e da literatura, pois forçam os historiadores a enfatizar as distinções entre fato e ficção. (KRAMER, 2001. P. 136).

Está justamente aí, na distinção entre fato e ficção a distância que separam história e literatura. Ambos trabalham com conceitos diferentes e até opostos. Enquanto a história se liga à verdade dos fatos, ao que realmente aconteceu, a literatura envereda pelo campo da ficção, do imaginário, da invenção. Tal diferenciação sempre esteve clara para historiadores e literatos. Até agora.

História e Ficção

A história, mãe da verdade; a ideia é espantosa. Menard, contemporâneo de William James, não define a História como uma indagação da realidade, mas

como sua origem. A verdade histórica, para ele, não é o que sucedeu; é o que pensamos que sucedeu. (CARNEIRO, 1991, p. 41).

A pós-modernidade trouxe importantes contribuições a este debate histórico-literário. A quebra das fronteiras e a interdisciplinaridade tomaram conta dos debates historiográficos. Vários são os historiadores que defendem a aproximação entre história e literatura. Tal debate teve suas bases com a chamada Escola dos Annales, de Marc Bloch e Lucien Febvre, com sua noção de interdisciplinaridade, e avançou muito até chegar à chamada Nova História Cultural, que hoje em dia causa tanta polêmica entre historiadores do mundo todo.

Apesar de seus equívocos, como toda corrente historiográfica tem, a Nova História tem revolucionado o campo da história com seus debates polêmicos e que procuram questionar estes tabus existentes dentro da historiografia tradicional. No campo do debate entre história e literatura especificamente, dois autores que estão mudando os conceitos da história-verdade são Hayden White e Dominick LaCapra.

O pensamento principal destes autores gira em torno da ficcionalidade da história. Segundo eles, a história possui um lado fictício e imaginário, utilizado pelos historiadores na forma de descrever o passado estudado. Tal ficcionalidade não significa, porém, que os fatos não tenham ocorrido, mas apenas que as tentativas de descrever o passado implicam em diferentes formas de imaginação e representação. (KRAMER, 2001, p. 136-137).

O passado passa a ser visto, portanto, como uma reconstrução. Conforme afirma Ecléa Bosi, analisando o conceito de memória presente na obra de Hallbwachs,

(...) lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. (...) A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição no conjunto das representações que povoam nossa consciência atual. (BOSI, 1994, p. 55).

Portanto, não existe lembrança pura do passado; o que existe é a reconstrução deste passado. Ao tentarmos nos lembrar de algo que nos aconteceu, não conseguiremos recordar com exatidão o que sentimos, o que pensamos, e o que vimos no momento em que presenciamos o fato lembrado. Faremos uma reconstrução deste fato, muitas vezes inserindo emoções atuais. O passado perde a carga emocional que tinha quando ocorreu,

e ganha um novo sentido, que depende da subjetividade com que interpretamos o que nos ocorreu.

Tal conceito pode ser utilizado como uma metáfora da construção histórica. Da mesma forma, não existe o fato puro na história, mas sim uma reconstrução do mesmo, que passa necessariamente pela subjetividade do historiador.

Não é a toa que tais teorias causam espanto na academia, pois tira dos historiadores aquilo por que eles mais se gabam, e pela qual podem afirmar ser a história uma ciência: a noção de verdade na história. A história passa a ser não detentora da verdade, mas sua criadora, como afirmou Flavio Carneiro no início deste tópico. Deixa de ser a intérprete do passado e passa a criar este passado.

Mas, segundo Peter Burke, a interface entre a história e a ficção tem limites, afinal de contas, não é dado ao historiador inventar livremente seus personagens e suas falas. (BURKE, 1992, p. 340). Isto significa que o historiador, de certa forma, ainda está preso aos limites impostos por suas fontes históricas. Porém, ao lidar com estas fontes, o historiador deve promover uma reinterpretação das mesmas, que vai ser influenciada por vários fatores de subjetividade, como a cultura pessoal do historiador, a época em que ele vive, sua formação acadêmica, entre outros. A ficção na história está, portanto, na própria subjetividade do historiador.

Com isto, a própria ideia da história como ciência passa a ser criticada. Hayden White questiona esta cientificidade, dizendo que o conhecimento histórico é distinto de um conhecimento científico, e se aproxima mais do tipo de conhecimento que observamos na arte e na literatura. Segundo ele, tais disciplinas, especialmente a literatura, avançaram bastante nos últimos anos, enquanto que a história se mantém estagnada no século XIX, limitada e ainda presa a tabus.

A verdade é que o historiador tem medo de perder a cientificidade de sua disciplina. Mas para Hayden White, o conhecimento artístico é um conhecimento tão ou mais válido do que o conhecimento científico. Segundo ele, “só uma inteligência tirânica e voluntariosa poderia acreditar que o único tipo de conhecimento a que podemos aspirar é aquele representado pelas ciências físicas” (WHITE apud KRAMER, 2001, p. 166).

O que autores como Hayden White querem chamar a atenção, é para o fato de que a história não é a detentora da verdade, como crêem muitos historiadores. Em

primeiro lugar, como já havia pronunciado Nietzsche, não existe uma verdade única dos fatos. Para ele, assim como para Hayden White, existem “tantas visões diferentes da história quantos são os projetos para a conquista de uma consciência do eu por parte de cada ser humano individualmente” (WHITE apud KRAMER, 2001, p. 170)

Para compreender esta afirmação, devemos inserir no debate a distinção entre realidade histórica e conhecimento histórico (MARROU, 1974). Este não se trata de um decalque daquela, mas sim de sua representação. Tal representação é construída a partir da relação do historiador com as fontes, haja vista que para se fazer história é necessário que o mesmo produza interpretações capazes de produzir sentidos. “A riqueza do conhecimento histórico é diretamente proporcional à cultura pessoal do historiador” (MARROU, 1974, p. 32).

Marrou complementa ainda que

este passado realmente vivido, esta evolução da humanidade não é a história; esta não é um simples decalque daquela. (...) Ao readquirir vida na consciência do historiador, o passado humano torna-se outra coisa, depende de um outro modo de ser (MARROU, 1974, p. 38).

Assim, esta distinção entre o passado humano e o conhecimento produzido pela história é o que dá o caráter subjetivo a ela, é o que dá sua dose de ficção. Não que o historiador deva inventar os fatos no sentido literal do termo. Mas sim, a partir dos métodos, da hermenêutica e da análise das fontes, criar uma representação deste passado. Representação esta que não substitui o passado em si, como uma imagem de uma árvore não substitui a própria árvore, e ainda pode ser representada de infinitas maneiras, mais ou menos detalhadas, mais ou menos fiéis à sua original, sem no entanto deixar de cumprir o seu papel: o de apenas representar a realidade.

Literatura e História

Longe de se opor à verdade, a ficção não é senão um subproduto dela (VEYNE apud SANTOS, 2004, p. 1727).

Ao mesmo tempo em que a história se aproxima da literatura, é possível aproximarmos a literatura da história. Apesar de algumas correntes atuais da teoria da

literatura convergirem para um desprezo pelo contexto histórico das obras, e pela biografia de seu autor, ao analisá-las, podemos recorrer a estes recursos para descobrirmos as “verdades” existentes dentro da ficção.

Partimos do princípio de que toda obra de ficção encerra em si uma versão da realidade. Conforme afirma Paul Veyne na citação acima, a ficção é uma forma de interpretação da realidade, e contém em si vários aspectos do contexto histórico à qual pertence. Ao analisarmos, por exemplo, obras como “O Mulato” de Aluísio de Azevedo, podemos perceber a crítica que o autor faz à sociedade imperial de fins do século XIX, especialmente a sociedade maranhense.

O autor inventa personagens e uma história, tudo fictício, mas insere tal história dentro de um contexto histórico real; ao mesmo tempo, dentro de seu enredo, o autor insere aspectos da história real, como o preconceito existente na sociedade contra os mestiços. Trata-se, portanto, de um diálogo constante entre a ficção e a realidade, entre a história e a ficção.

Este tipo de leitura já havia sido feito com outros autores, como, por exemplo, Lima Barreto e Machado de Assis, considerados representantes de uma literatura engajada que faz uma representação da realidade histórica sobre a qual escrevem suas ficções. Percebemos assim que muitas vezes a literatura tem esta função de utilizar a ficção para criticar, analisar ou representar a realidade à qual pertence o autor. É dentro deste contexto que conseguimos bons resultados ao cruzar a literatura ficcional com a realidade histórica de um determinado período, e utilizar tais obras para entendermos melhor o contexto da época.

Cada obra literária contém, geralmente, muito da realidade de seu autor. Aluísio de Azevedo, por exemplo, escreve o Mulato em plena campanha abolicionista. Tentando denunciar o preconceito racial existente na sociedade brasileira, Aluísio compõe o personagem Raimundo, filho de um comerciante português com uma de suas escravas. O perfil de Raimundo chama a atenção:

Raimundo tinha vinte e seis anos e seria um tipo acabado de brasileiro se não foram os grandes olhos azuis, que puxara do pai. Cabelos muito pretos lustrosos e crespos; tez morena e amulatada, mas fina; dentes claros que reluziam sob a negrura do bigode; estatura alta e elegante; pescoço largo, nariz direito e fronte espaçosa. A parte mais característica da sua fisionomia eram os olhos - grandes, ramalhudos, cheios de sombras azuis; pestanas

erçadas e negras, pálpebras de um roxo vaporoso e úmido; as sobrelhas, muito desenhadas no rosto, como a nanquim faziam sobressair a frescura da epiderme, que, no lugar da barba raspada lembrava os tons suaves e transparentes de uma aquarela sobre papel de arroz. Tinha os gestos bem educados, sóbrios, despidos de pretensão, falava em voz baixa, distintamente sem armar ao efeito; vestia-se com seriedade e bom gosto; amava as artes, as ciências, a literatura e, um pouco menos, a política. (AZEVEDO, 1997, p. 27)

Mas, apesar de todas estas qualidades, ele é filho de uma escrava, ou seja, um mestiço, e isto não escapa às impressões da sociedade maranhense, que o condena pela sua origem, ao invés de celebrar suas características psicológicas, seu caráter e sua formação intelectual. Aluisio de Azevedo consegue assim ironizar a sociedade imperial, como uma sociedade baseada em aparências e que coloca o preconceito racial acima dos valores éticos dos indivíduos. A forma como a obra foi recebida no Maranhão, como um escândalo, denuncia que a crítica do autor tinha fundamento.

Assim é que encontramos a veracidade dentro da obra de Aluisio de Azevedo. Raimundo é um personagem fictício, mas que devido ao contexto da época, poderia muito bem ter existido. Isto porque sua história está inserida num contexto mais amplo, numa realidade social específica, a qual o autor reproduz em sua obra. É a partir daí que podemos utilizar esta obra como ferramenta de ensino na sala de aula.

O Debate na Sala de Aula

Ensinar a edificar o próprio ponto de vista histórico significa ensinar a construir conceitos e aplicá-los diante das variadas situações e problemas (RUIZ, 2003, p. 77-78).

Partindo dos comentários já expostos anteriormente, analisaremos agora como a obra de ficção pode ser utilizada na sala de aula. Como já definimos, a obra de ficção literária contém uma veracidade na medida em que carrega as impressões de seu autor sobre a própria realidade em que vive. Neste sentido, podemos destacar dois modos de se trabalhar com a literatura no ensino de história.

A primeira das formas, conforme estabelecida por Rafael Ruiz em seu artigo, consiste em trabalhar a obra literária a partir do desenvolvimento de conceitos com os alunos. Tal método é mais complexo por trabalhar com a capacidade de abstração dos alunos, e com sua capacidade de comparar e perceber a realidade presente na obra

através da metáfora. Tal método consiste em colocar a obra literária como uma metáfora do mundo real, de onde poderemos retirar conceitos válidos para nossa realidade.

Um dos exemplos trabalhados por Ruiz em seu artigo é o da obra de Defoe, *Robinson Crusóé*: “O objetivo de trabalhar com a leitura do texto de Defoe poderia ser tentar perceber como é difícil captar a diferença e como é fácil ver no outro a projeção daquilo que somos” (RUIZ, 2003, p. 79). Através do comportamento de Robinson Crusóé perante o novo mundo descoberto, podemos ter uma noção de como os europeus imaginavam a América recém-descoberta.

Ao se deparar com este novo continente, Robinson Crusóé quer construir um novo mundo, mas não consegue fazer isto pois está impregnado com sua cultura e seus valores do velho mundo. Ele imagina estar construindo este novo mundo, mas no fundo, o que ele está fazendo, é reproduzindo o mundo velho, sua cultura e suas características, e imprimindo-as neste novo continente. É o mesmo que faz o europeu ao chegar à América.

Podemos trabalhar com os alunos o conceito de etnocentrismo e relativismo cultural. Ao olharmos para outras culturas, diferentes das nossas, não conseguimos nos despir de nossa cultura, e acabamos julgando o diferente segundo nossos próprios valores. Esta é uma característica imanente do ser humano. Tentar se despir deste julgamento de valores o máximo possível é o papel do antropólogo ao analisar diferentes culturas. Estes conceitos podem ser trabalhados utilizando-se desta obra citada.

Outro exemplo pode ser dado com a obra de Aldous Huxley, *Admirável Mundo Novo*. Nesta obra, o autor mostra uma sociedade totalmente modificada, tecnologicamente avançada, onde os seres humanos são produzidos em laboratórios como simples mão de obra para as grandes indústrias. Por serem produzidos sob encomenda, eles são condicionados desde pequenos para aceitar sua condição e realizar seu trabalho da melhor forma possível, conforme podemos entender da passagem abaixo:

Nós também predestinamos e condicionamos. Decantamos nossos bebês sob a forma de seres vivos socializados, sob a forma de [...] futuros carregadores ou de futuros [...] diretores de incubação. [...] E esse [...] é o segredo da felicidade e da virtude: amamos o que somos obrigados a fazer. Tal é a finalidade de todo o condicionamento: fazer as pessoas amarem o destino social de que não podem escapar. (HUXLEY, 2001, p. 25).

Huxley foi um profundo crítico da modernização e da tecnologia. Achava que estes avanços aprisionavam o homem, e de certa forma tinha razão. Em certo sentido, a sociedade que Huxley idealizou tinha algo da sociedade da época (década de 30), e com certeza tem algo da nossa sociedade atual. Os condicionamentos a que estamos submetidos pela mídia e pela educação nos torna seres consumistas. O ideal de progresso pela ciência é embutido em nós com uma força quase irresistível. Mas as guerras mostraram que a ciência nem sempre é tão boa quanto parece.

A obra de Huxley pode ser utilizada para trabalharmos a revolução tecnológica, por exemplo, e o impacto que ela teve na sociedade, a alienação do ser humano, os condicionamentos a que estamos submetidos, o consumismo. Tais características são fáceis de serem trabalhados com os alunos pois fazem parte de seu cotidiano.

A Segunda forma de se trabalhar a literatura em sala de aula é a de utilizar a obra como retrato do contexto histórico a que pertence. No caso da obra “O Mulato”, por exemplo, podemos utilizá-la para situar os alunos dentro do contexto da sociedade imperial brasileira às voltas com a escravidão. Um primeiro ponto é o do regime escravocrata.

Utilizando a obra de Aluisio de Azevedo podemos mostrar aos alunos as consequências deste regime na sociedade, o preconceito racial que ele criou, e que o justificava. Explicar aos alunos quais as justificativas da escravidão na época, as teorias raciais científicas e religiosas, o conceito de raça e como ele foi bastante utilizado na época e é explorado pelo autor em sua obra.

O ensino de história é na maioria das vezes alvo de críticas por se tratar de algo distante dos alunos, e exigir uma capacidade de abstração que muitas vezes eles não conseguem desenvolver. Por isto mesmo, a utilização de ferramentas como filmes, vídeos, e a literatura podem preencher estas lacunas deixadas pelo ensino de história, e situar os alunos dentro do contexto a que estamos tentando descrever-lhes. Neste sentido, O Mulato retrata bem a sociedade brasileira de fins do século XIX, seus preconceitos, seus modos e seus valores.

Conclusão

Um contador de histórias é justamente o contrário de um historiador, não sendo o historiador, afinal de contas, mais do que um contador de histórias (ASSIS apud CANO, 2005, p. 77).

A quebra de paradigmas muitas vezes encontra resistências entre os mais conservadores. E no caso da história, podemos comprovar isto pela rejeição que enfrentam os teóricos da Nova História dentro da academia. Alguns dos fatores desta rejeição foram especificados aqui: a perda da noção da verdade dentro da história, e de seu caráter científico.

Longe de querer pretender que história é literatura, que os dois campos se fundem num só, o que pretendemos é apenas importar da experiência literária algumas características que poderão enriquecer o estudo histórico. Não há porque acreditar que o uso de ficções desqualifica a história de alguma forma. Muito pelo contrário. Ele a valoriza, a torna viva, e consciente de si mesma, sem os tabus que ela carrega até hoje.

Utilizar a ficção dentro da história é algo que o historiador já faz há muito tempo, apenas teima em não tocar neste assunto. Observemos, por exemplo, as diversas versões existentes a respeito de um mesmo fato histórico, interpretações que muitas vezes chegam a se contrapor umas às outras. Tais diferenças são frutos em grande parte da subjetividade do historiador, que ao construir sua representação do passado, a faz de forma a imprimir nela muito de sua cultura.

E é justamente aí, nesta subjetividade, que encontramos a ficcionalidade da história. Tal ficcionalidade, portanto, não significa que os fatos não tenham ocorrido. Significa apenas que, dentro da história, eles são reconstruídos, representados, a partir de nossa ótica. A relação entre passado e presente é algo constante no trabalho do historiador.

Verdade e ficção tem seus limites, mas muitas vezes se aproximam na forma de se representar a realidade. É neste contexto que acreditamos num cruzamento entre história e literatura, duas disciplinas que durante todos estes anos tiveram separadas por tabus e limites gigantescos, e que agora se encontram. Tal debate só vem enriquecer os campos da historiografia, debate esse que já foi tratado há anos pela teoria da literatura, e que só agora vem despertar aos historiadores.

Referências Bibliográficas

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é Sólido Desmancha no Ar – A Aventura da Modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade – Lembrança de Velhos*. 3º Ed., Companhia das Letras: São Paulo, 1994.

CANO, Jefferson. Política e História em Machado de Assis. In: *Revista Nossa História*. Ano 2, n.º 18. Editora Vera Cruz, abril 2005.

CAPEL, Heloísa. Historiadores Mentem. In: *Fragmentos de Cultura*. V. 14, n. 9, Goiânia: IFITEG, set. 2004.

CARNEIRO, Flávio. *Um sonho de Quixote: Considerações sobre Literatura e História*. In: *Fragmentos de Cultura*. V.1, N.1 (1991). Goiânia: IFITEG, 1991.

CHIAPPINI, Lígia. *Relações entre História e Literatura no Contexto das Humanidades Hoje: Perplexidades*. In: *Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP: ANPUH, julho 1999.

HUXLEY, Aldous. *Admirável Mundo Novo*. São Paulo: Globo, 2001.

KARNAL, Leandro (Org.). *História na Sala de Aula – conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2003.

KRAMER, Lloyd S. Literatura, Crítica e Imaginação Histórica: O Desafio Literário de Hayden White e Dominick LaCapra. In: LYNN, Hunt. *A Nova História Cultural*. 2º Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LYNN, Hunt. *A Nova História Cultural*. 2º Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARROU, H. I. *Do conhecimento histórico*. Lisboa: Editorial Aster, 1974.

RUIZ, Rafael. Novas formas de abordar o ensino de História. In: KARNAL, Leandro (Org.). *História na Sala de Aula – conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2003.

SANTOS, Goiamérico Felício C. dos. *É Possível a Ficção Revelar Verdades? In: Fragmentos de Cultura*. V. 14, n. 9, Goiânia: IFITEG, set. 2004.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *Teoria da Literatura*. São Paulo: Ática, 1986.